

Ata da 24ª Reunião Ordinária do Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos.

Aos dois dias do mês de dezembro de dois mil e vinte dois (02.12.2022), às nove horas e quarenta e cinco minutos (9h45min), na sede do Ministério Público Federal, em Palmas/TO, foi realizada a 24ª Reunião Ordinária do Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos (FTCIA) com os integrantes do Fórum. Lista de presença no anexo I. O Coordenador adjunto, Dr. Álvaro Lotufo Manzano, Procurador da República, deu início à 24ª Reunião Ordinária do Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos (FTCIA) com as boas-vindas aos presentes. Na sequência, se apresentaram Dhullya e Talessa, residentes de biomedicina, que foram convidadas por Lusy Disney (Visa Municipal), para apresentar um projeto desenvolvido na área de agrotóxicos. Em seguida, o Coordenador Adjunto informou os pontos de pauta da reunião: 1 – Leitura e a aprovação da Ata da 23ª Reunião Ordinária do Fórum; 2 – Informes da Coordenação; 3 – Informes sobre a Rede Analítica (PQA); 4 – Informes dos relatores das Comissões Temáticas 1, 2 e 3 e Comissão Temporária de Políticas Públicas; 5 – Palavra livre e encerramento. Em relação ao 1.º item: 1 – Leitura e a aprovação da Ata da 23ª Reunião Ordinária do Fórum; a ata foi aprovada por unanimidade no plenário. Passou para o 2.º item da pauta 2 - Informes da Coordenação; O primeiro aviso foi referente a substituição do coordenador do Fórum, Dr. José Maria, que está assumindo temporariamente o cargo de corregedor-geral do MPTO. Assim, a reunião foi presidida pelo coordenador adjunto, Dr. Álvaro Manzano, o qual nos informes da coordenação, relatou sua participação na 4ª reunião do Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, realizada em Salvador/BA, que discutiu sobre o projeto de lei que está em regulamentação no Congresso Nacional, cuja votação no Congresso Nacional estava prevista para o dia 30 de novembro, porém foi retirado por articulação dos membros do Fórum Nacional e da equipe de transição do governo e segue aguardando. O coordenador falou também sobre a ação realizada pelo MPTO, que resultou no bloqueio de valores de uma empresa agrícola, na Lagoa Confusão, por uso de agrotóxicos ilegais. Sobre essa ação, Juliano (ADAPEC) deu maiores informações no 3º item da pauta. No 3º item da pauta - 3º - Informe sobre a Rede Analítica (PQA), Émerson Guarda (UFT) falou que alguns equipamentos necessitam de manutenção, mas isso não foi realizado devido à ausência de verbas, porém, as análises de água seguem sendo realizadas. Em seguida, passou para o 4º item da pauta – Informes dos relatores das Comissões Temáticas 1, 2 e 3 e Comissão Temporária de Políticas Públicas. Com a palavra, Patrícia Guarda (UFT) lembrou a última reunião do fórum, na qual foi apresentado o NEPEA (Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Agrotóxicos). Ressaltou que, atualmente, o núcleo conta com cinco professores e uma representante da saúde, Mônica. Foi disponibilizado o material do projeto para o fórum. Patrícia (UFT), informou que caso mais alguém tenha interesse em participar do projeto, tem um edital aberto no *site* da UFT (<https://ww2.uft.edu.br/>). As inscrições começam a partir de segunda-feira, 5, e solicitou, se possível, colocar no site do MPTO. O edital é de fluxo contínuo. O interessado deverá mandar um e-mail, com os anexos. Dentro do núcleo tem educação, saúde e meio ambiente. Em seguida, Patrícia falou que o núcleo de pesquisa já aprovou o primeiro projeto dentro da UFT. Para o ano que vem, foi aprovado um curso de coleta e processamento de amostras para análise de agrotóxicos. A princípio, são três módulos. Dentro deste projeto será publicado um manual padronizado com os procedimentos que deverão facilitar nas ações. Como coordenadores desta parte do projeto, estão os professores Emerson e Carla, com o professor Waldesse, Mônica e Kelly. O curso será disponibilizado para parceiros do fórum e das instituições. Assim que tiver previsão de data, será avisado no fórum sobre as vagas. Finalizando, Patrícia agradeceu dizendo que está muito feliz com o avanço do núcleo e por ter verba para o curso. Foi passado para a próxima

comissão. Com a palavra, Juliano (ADAPEC) falou sobre a ação realizada na Lagoa da Confusão, no dia 20 de outubro de 2022. Inicialmente o intuito da fiscalização era realizar a autuação da empresa, pois ocorreu uma irregularidade do programa nacional de resíduos nos alimentos. O proprietário da fazenda estava utilizando Glifosato no feijão, acima do recomendado. Ao chegar ao local, o dono da fazenda não estava presente, enquanto aguardavam, foi feita a fiscalização no depósito de agrotóxicos. No momento da fiscalização, foi encontrado o produto. O cádmio, um produto líquido de 500 ml, com origem do Paraguai. Continuando a fiscalização foi verificada a quantidade de frascos do produto, totalizando 104, uma quantidade bem considerável. Prosseguindo, ele se deparou com excesso de sacos de açúcar. Achando suspeito, decidiu abrir um dos sacos com a ajuda de um canivete. No momento da abertura, se deparou com um produto granulado, usado para controle de moscas-brancas. Depois foi constatado que todos os sacos tinham o mesmo produto. Logo em seguida, se depararam com sulfato de magnésio. Na embalagem tinha “*made in China*”. Achando suspeito, foi aberto o produto. No olhar profissional, notaram que não tinha nada a ver com sulfato de magnésio, estava mais próximo do Benzoato. Eram 29 sacos de 25kg. Um total de 700 kg de produto à base de granzotto. Pelo excesso de produtos encontrados, decidiram precisarem passar o produto para frente. Foram à delegacia chamar o delegado para averiguar o ocorrido para não ficar somente com a ADAPEC. Continuando com a fiscalização, se depararam com o produto arogas. Chamou a atenção o nome fixado Diquat. O *diquat* é permitido no Brasil, diferente do Paraquat. No caso fiscalizado, não seria permitido, por estar fora da embalagem original, havendo suspeita de ser produto falsificado, oriundo de produto roubado e que não dilui. O coordenador perguntou se os produtos fiscalizados seriam somente para uso da fazenda. Juliano respondeu que a quantidade atenderia a área dele, porém, se tratando de um produto do Paraguai, não saberia ao certo. Um produto nacional, benzoato, ele só pode ser industrializado e comercializado com 5% de concentração do ativo. Quando é um produto Paraguaio, ele vai ter de 70 a 95% de concentração do ativo. Com isso, muda a dosagem. O perito coletou todas as amostras e no final foi feito um termo de apreensão. Apreenderam todos os produtos encontrados e aplicaram quatro autos de infração. Dr. Álvaro completou que seria caso de interdição da fazenda. Juliano informou que foi passado para as autoridades e encaminhado para o Ministério Público. Juliano relatou, que a ADAPEC não tem local para depositar produtos apreendidos. Quando o produto não é identificado, não pode ser responsabilizada a indústria ou o comerciante. Sobre as penalidades do comerciante usar ou mexer nos produtos apreendidos, o proprietário pode ser preso e responder criminalmente e a ADAPEC deixou isso claro para o proprietário. No entanto, o proprietário fez um boletim de ocorrência, alegando que os produtos foram furtados da sua propriedade. A polícia foi atrás e achou uma parte dos produtos em outra fazenda dele. Foi uma ação bem complexa. Quando o IBAMA foi ao local, muitos dos produtos já tinham sido levados. Porém, foram encontrados domissanitários, produtos legais para ambientes urbanos no controle de pragas e que na fazenda estavam sendo utilizados no arroz. Adiante, a Profª. Conceição Previero (Ulbra) fez uma colocação sobre a fragilidade da segurança dos fiscais nesse tipo de ação, fala essa que foi corroborada por Lusy (Visa/Municipal). Diante disso, Juliano reforçou a necessidade de atualização da legislação sobre agrotóxicos no Estado do Tocantins e já havia encaminhado cópia da minuta do Projeto de Lei para o Caoma. Além disso, Juliano informou que, de 2015 a 2020 foram apreendidos no Tocantins sete toneladas de produtos. Na ação em questão, foram quase cinco toneladas. Uma semana depois, o Ibama encontrou mais nove toneladas com base na denúncia da ADAPEC, conforme relatado por Bruno (Ibama). Carlos da ADAPEC, falou sobre a ação realizada na Fazenda e o excesso de produtos encontrados. Citou uma ação anteriormente realizada na Lagoa da Confusão com óbito, aparentemente, por intoxicação por agrotóxicos, em que foi realizada uma grande ação com diversos órgãos. Pontuou sobre a falta de

integração entre os órgãos na realização de ações desta natureza. Reforçou a fala do Juliano sobre a necessidade do sistema informatizado para que as fiscalizações sejam mais efetivas. As tratativas e as ações sobre o sistema foram interrompidas pelo governo do estado e estão paradas até a presente data. Que não há informações quanto à retomada do sistema. Carlos sugeriu que o fórum formalizasse esse questionamento junto à agência de ATI do estado. Juliano complementou sugerindo que o MPE e o MPF mandassem um ofício solicitando informações para a Agência de ATI. Dr. Álvaro determinou como encaminhamento que fosse marcada uma reunião com a ADAPEC e a ATI do estado. Carlos finalizou falando sobre um problema que não existe somente no Brasil, a falta de local de armazenamento de produtos contrabandeados. A polícia também não tem local e condições para armazenar. Juliano relatou sobre as tratativas para a construção de um local de destinação. Frisou, ainda, que os produtos devem permanecer indisponíveis até a finalização do processo. Sobre isso, Dr. Álvaro Manzano deu exemplo de casos de apreensão de drogas, em que é possível dar uma destinação imediata ao produto, fazendo uma perícia. Juliano acrescentou uma informação, sobre um produto encontrado, chamado bi acredita-se que seja mais inseticida e lá tinha bim até o teto e o homem da denúncia explicou que dentro do saco original, dentro do produto era *IMIDACLOPRID* que é outro ativo. Ele usa o saco do original e dentro existe outro produto. Patrícia falou que a polícia federal tem que identificar a porta de entrada do produto. Em relação ao depósito para destinação de agrotóxicos apreendidos, foram realizadas algumas reuniões, sendo a última no IFTO. Contudo, ainda não há uma definição sobre quem vai gerir o local. Muitas das ações não são feitas porque não se sabe onde os produtos podem ser colocados. Carlos também relatou sobre a necessidade da construção em cada estado, de uma unidade de armazenamento de produtos apreendidos pela fiscalização. Ainda pela comissão 1, Bruno (Ibama) fez um breve comentário sobre o aumento do efetivo dos agentes ambientais federais. Em seguida, informou que foi realizada a operação Ceres, uma ação realizada desde 2019 com foco em coibir os agrotóxicos ilegais, com parceria da ADAPEC no fornecimento de dados. Foi realizada com dois fiscais presentes e uma viatura nas regiões de Palmas, Porto e Buritirana. Em Porto Nacional, foram fiscalizadas dez localidades, em seis acharam irregularidades com agrotóxicos, algo em torno de cinco toneladas de agrotóxicos vencidos, alguns há mais de seis meses. Foram identificados quatro quilos de benzoato de origem paraguaia, numa propriedade perto de Luzimangues. Na ocasião, o produtor alegou não saber que o produto era proibido. Foi feita a apreensão e o produtor foi notificado a dar destinação correta e encaminhar o produto para Senador Canedo. Depois disso, informou do planejamento anual de fiscalizações do IBAMA. Em relação à comissão 2, Lusy ficou incumbida de solicitar o planejamento das instituições da referida comissão, segundo o acordado nas últimas reuniões. Contudo, Lusy informou que não recebeu a lista de participantes atualizada. A proposta era promover a integração dos planos de trabalhos anuais. No grupo foi recebido o plano de trabalho apenas da Secretaria de Saúde e da AtoBio. A AtoBio auxiliou a Vigilância Municipal e Secretaria Estadual de Saúde em algumas ações realizadas. Lusy informou que o município de Palmas desde 2014 propõe ações a serem desenvolvidas durante o ano, segundo o plano municipal. Todo ano é realizada a revisão e elencam algumas ações. No quadrimestre, somente uma ação não foi realizada. Na última semana foram propostas capacitações para dedetizadoras de Palmas, que são cadastradas na Anvisa. Foi uma ação inédita. Foi realizado também um café com prosa no assentamento entre rios, entre Taquaruçu e Buritirana. Também foi realizada uma capacitação com os agentes de saúde que atuam na zona rural e houve coleta de água para verificar resíduos de agrotóxicos. Quem ficou à frente dos trabalhos foram os residentes de saúde. Lusy comentou também a situação dos assentamentos na região de Buritirana, que estão sendo “engolidos” pelas grandes propriedades. No trabalho de coleta de água, foram relatados pelos moradores sintomas de depressão e dores de cabeça. Adiante, Lusy convidou as residentes para falar

sobre o trabalho com as dedetizadoras. Com a palavra, Talessa biomédica residente, falou que foram convidadas para participar de um projeto para dedetizadoras, hortas comerciais e hortas comunitárias. O objetivo do projeto era unir forças de três áreas da coordenação de vigilância, vigilância em saúde do trabalhador, vigilância sanitária e vigilância em saúde ambiental. Talessa apresentou os produtos que foram encontrados nas dedetizadoras. Foi feita uma lista e tiraram fotos de todos os depósitos que conseguiram encontrar. Enquanto saúde do trabalhador, fizeram diversas análises. Entre elas o direcionamento de riscos através da dedetização. Talessa notou que, na maioria das empresas visitadas, o risco de trabalhar todos os dias com os produtos era minimizado. Outra situação foi verificar a situação dos exames, saúde ocupacional. Foi notado que os trabalhadores não fazem exames específicos aos riscos que envolvem o uso de agrotóxicos, de uso doméstico. Foi verificado também o uso de EPIS e o uso de ficha de controle. Também foi verificado se tinham certificado de treinamento para uso correto de EPIS e execução de trabalho. As visitas foram realizadas de abril a junho de 2022. A primeira fase foi constituída pelas dedetizadoras; o segundo semestre tinha a intenção de visitar as hortas, porém não foi concluída pela ausência de um engenheiro-agrônomo. Logo em seguida, todos os relatórios foram passados para vigilância sanitária. Talessa agradeceu a oportunidade e espera que ano que vem comece o trabalho nas hortas. Na sequência, Dr. Álvaro Manzano perguntou sobre o encaminhamento da comissão 2. Bruna citou a atualização da lista de membros. Ádria sugeriu ligar para os membros. Ádria falou também sobre o curso de fiscalização, citado na última reunião. Juliano informou que tem o esboço e pediu sugestão de nome. A próxima reunião do fórum será realizada em março e será apresentada uma pronta. Ádria (MPTO) falou sobre o dia 3 de dezembro - dia internacional de combate aos agrotóxicos. A Secretaria de Saúde está elaborando uma nota informativa, assim que estiver pronta será divulgada. Por fim, sem nenhuma manifestação, o coordenador adjunto do fórum, agradeceu a presença de todos. **ENCAMINHAMENTOS DA 24ª RO: 1)** Colocar o Edital do NEPEA na página do FTCIA; **2)** Disponibilizar o para os demais membros do FTCIA Projeto de Lei enviado pela ADAPEC, para contribuições; **3)** Marcar reunião com a ADAPEC e Agência de TI do Estado para averiguar como se encontra o sistema em desenvolvimento para a fiscalização da ADAPEC; **4)** Verificar quais são as instituições que efetivamente permanecem na Comissão 2. Nada mais havendo a ser tratado, a 24ª Reunião Ordinária foi encerrada, às 11h44 (onze horas e quarenta e quatro minutos), cuja ATA foi redigida e assinada por mim, Vanessa Silva Costa, Estagiária de jornalismo/CAOMA/MPE.